



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de MUNICIPIO DO CONCELHO DE CHAVES, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 177.803.949,29 euros e um total de fundos próprios de 76.643.244,98 euros, incluindo um resultado líquido de 7.367.471,21 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 51.861.254,42 euros de despesa paga e um total de 51.524.133,69 euros de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara Municipal, utilizadas na sua preparação;

- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Por considerarem indevida faturação referente a custos com saneamento, água, mínimos garantidos e juros de mora do fornecedor “ATMAD” no valor de cerca de 8,7 milhões de euros, dos quais cerca de 1,0 milhão de euros são referentes a 2014, procedeu-se à sua devolução, não tendo sido, conseqüentemente, reconhecidos contabilisticamente os respetivos débitos, que se encontram em parte reclamados judicialmente.

Sem prejuízo da relativa imprevisibilidade do resultado da demanda, que pode ter efeitos patrimoniais relevantes no património da entidade, é convicção que o desfecho deste processo seja favorável ao Município pelo que não foi constituída provisão para este risco.

Não é possível quantificar os eventuais ajustamentos no Passivo e nos Resultados decorrentes da eventual exigência de pagamento total ou parcial destes débitos, acrescidos de eventuais juros de mora.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam as referidas demonstrações financeiras apresentam de

forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de MUNICIPIO DO CONCELHO DE CHAVES em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

a) Ao abrigo do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais em vigor foram emitidas faturas a várias entidades, relativas a taxas de ocupação de Domínio Público, referentes a 2011, 2012 e 2013, no montante de cerca de 5,74 milhões de euros. Em consequência desta liquidação, decorrem judicialmente ações de impugnação da liquidação destas taxas municipais, pelo que a incerteza do desfecho das impugnações pode afetar materialmente os ativos e os resultados relacionados futuros.

Chaves, 2 de Abril de 2015

Rodrigo Carvalho & M. Gregório, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Gerência



Rodrigo Carvalho & M. Gregório SROC, Lda
SROC N.º 170, representada pelo sócio
Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)